

**P**ara uma boa condução dos trabalhos em auditoria ambiental, é imprescindível conhecer o objeto principal da auditoria, ou seja, o meio ambiente. Os sistemas que o compõem precisam ser investigados pelo auditor em todos os seus aspectos, sobretudo aqueles em que serão analisadas as consequências das atividades ou dos produtos da organização.

A ABNT NBR ISO 14001:2004 conceitua meio ambiente para fins de SGA como “circunvizinhança em que uma organização opera, incluindo-se ar, água, solo, recursos naturais, flora, fauna, seres humanos e suas inter-relações”.<sup>2</sup> O conceito de meio ambiente mais aceito é o descrito no artigo 3º da Lei 6.938/81 da PNMA, sendo “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. Sua melhor compreensão ocorre quando associado ao *caput* do artigo 225 da Constituição Federal, no trecho “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”.<sup>3</sup> Sendo assim, todos podem utilizá-lo, mas ninguém pode dispor dele ou transacioná-lo.

Esse direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à qualidade de vida para as presentes e futuras gerações, é um direito que transcende um único indivíduo, sendo classificado entre os direitos transindividuais. Entre os direitos transindividuais, o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado se enquadra entre os direitos difusos.

A definição legal dos interesses difusos pode ser encontrada no artigo 81, parágrafo único, inciso I, da Lei 8.078/90: “interesses ou

---

2 ISO 14001 (ABNT, 2014).

3 Brasil (1988).

direitos difusos, assim entendidos, para efeitos deste código, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato”. Seus aspectos são, portanto:

- a) transindividuais: sendo aqueles que transcendem o indivíduo, ultrapassando o limite da esfera de direitos e obrigações de cunho individual;
- b) natureza indivisível: o bem ambiental pertence a todos, mas ninguém em específico o possui;
- c) titulares indeterminados: não se determinam todos os indivíduos que são beneficiados e/ou afetados;
- d) integrados por circunstâncias de fato: experimentam a mesma condição pelas circunstâncias fáticas; e
- e) relação jurídica inexistente: bastando estar no Estado brasileiro (brasileiros ou estrangeiros residentes) para gozar do direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, diferentemente do que ocorre em outros direitos transindividuais (coletivos) em que há necessidade de relações jurídicas, como o caso dos consumidores.

Certamente, os trabalhos de auditoria ambiental normalmente não são pautados exclusivamente no meio ambiente natural, porque dependendo das atividades desenvolvidas e da política ambiental da organização, a auditoria poderá abranger mais de uma interface do meio ambiente. Por esse motivo, torna-se igualmente importante abordar o meio ambiente considerando suas dimensões, a saber: meio ambiente natural, meio artificial ou urbano, meio cultural, meio do trabalho, entre outros. Recentemente passou-se a considerar o patrimônio genético como meio ambiente, uma vez que a ele se associam as pesquisas genéticas para setores como o cosmético, o farmacêutico, o da agricultura e da pecuária, e sobre os transgênicos, as células-tronco e a fertilização *in vitro*.

Para Silva, o “meio ambiente é, assim, a interação do conjunto de elementos naturais, artificiais e culturais que propiciem o desenvolvimento equilibrado da vida em todas as suas formas”<sup>4</sup>. Com isso,

---

4 Silva (1995, s/p).

vê-se a grande abrangência do meio ambiente, não podendo ser considerado simplesmente o solo, os recursos hídricos, o espaço atmosférico, a fauna ou a flora, mas tudo o que circunda o ser humano, dada a importância do meio ambiente como um todo à sadia qualidade de vida das pessoas. A interligação entre essas dimensões é de tamanha importância para a vida em sociedade que se faz necessário ampliar o conceito de meio ambiente, tomando como base as definições preconizadas pelas leis e diretrizes normativas. Neste aspecto, tem-se a definição de meio ambiente na PNMA, em seu artigo 3º: “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”.

A conceituação de meio ambiente, portanto, pode ter uma concepção objetiva, subjetiva e tecnocêntrica, conforme Theys.<sup>5</sup> De qualquer maneira, o ambiente será analisado como um sistema de relações e influências entre a sociedade e o meio ambiente no atendimento às necessárias garantias de qualidade de vida dos seres vivos, sem preponderância entre eles.

Seja como for, para fins de auditorias, o conceito de meio ambiente deve abranger pelo menos cinco dimensões: o meio ambiente físico ou natural, o construído ou urbano, o cultural, o do trabalho e o do patrimônio genético, uma vez que as consequências das atividades ou produtos podem contemplá-las em sua totalidade ou não. Em todas as situações, não se pode olvidar de que o termo meio ambiente está presente no *caput* do artigo 225 da Constituição Federal, portanto todas essas interfaces do meio ambiente estão contempladas no mandamento constitucional que rege que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”. Para que isso se verifique, é necessário ampliar o conceito de meio ambiente para o entendimento de suas várias dimensões. A partir disso, descreve-se a seguir a classificação do meio ambiente no âmbito das auditorias nas organizações.

## 1.1 MEIO AMBIENTE NATURAL

O meio ambiente natural existe independentemente da atuação do homem. Ele é constituído pela atmosfera, litosfera, hidrosfera e

---

5 Theys (1993 *apud* SANCHEZ, 2008, p. 21).

biosfera, representados pelos compartimentos solo e subsolo, água, ar atmosférico e vegetação (flora e fauna). Ao abordar os recursos naturais, Guerra considera que estes “constituem todos os bens dadivosamente fornecidos pela natureza: o ar, a água, o alimento, o sol (como fonte de luz e de calor), a vegetação, a fauna, os minerais, etc.”<sup>6</sup> Esse é um conceito abrangente e apropriado para designar meio ambiente natural por considerar também o alimento e as fontes de calor, além de elementos tradicionais como solo, subsolo, água, ar, fauna e flora.

No artigo 225, § 1º, incisos I, II, III, V e VII da Constituição Federal, observa-se que há o enquadramento de todos os compartimentos do meio ambiente natural.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I – preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico *das espécies e ecossistemas*;

II – preservar a diversidade e a integridade do *patrimônio genético* do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III – definir, em todas as unidades da Federação, *espaços territoriais e seus componentes* a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

[...]

V – controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a *vida*, a qualidade de vida e o *meio ambiente*;

[...]

VII – proteger a *fauna e a flora*, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.<sup>7</sup>

6 Guerra (1969, s/p).

7 Brasil (1988, grifos nossos).

Assim, tais incisos são indicadores da tutela e da garantia de preservação e reparação de danos ambientais ao meio ambiente por parte do Poder Público e da coletividade, que têm o dever de defender e proteger, atendendo aos princípios da prevenção e da precaução presentes no direito ambiental. Para tanto, as auditorias ambientais encontram-se no bojo das ferramentas de que dispõem as organizações, de modo geral, para auferir tais garantias. Neste aspecto, normalmente as auditorias ambientais são conduzidas tendo em vista a política ambiental de organizações relacionadas direta ou indiretamente com o meio ambiente natural e que mantenham suas certificações ambientais, dado que nessa política são estabelecidas metas e objetivos de melhoramento contínuo em relação aos seus produtos ou serviços.

A verificação dos aspectos ambientais identificados pela organização em relação aos seus processos, como a geração de resíduos sólidos, o tratamento de efluentes líquidos, as emissões gasosas, entre outros, e sua consequente mitigação pela organização representa ação direta da necessidade de estabelecer os princípios preconizados no direito ambiental e, consequentemente, de garantias de sobrevivência dos processos organizacionais, tratando-se, portanto, da auditoria ambiental. Existe também, nas chamadas compulsórias, a determinação de um órgão ambiental para que uma pessoa que tenha afetado desfavoravelmente o meio ambiente natural seja auditada no sentido de verificar a abrangência e os planos de ação mitigadores dos danos ambientais, planos estes que correspondem às medidas corretivas para recuperação, restauração ou reabilitação do meio ambiente degradado.

Repare que para cada uma das medidas corretivas necessárias, a auditoria ambiental deverá atender a requisitos específicos exigidos pelos órgãos de controle do meio ambiente.

## 1.2 MEIO AMBIENTE CONSTRUÍDO

O meio ambiente construído, artificial ou modificado é o resultado da interação do homem com o meio ambiente natural ao longo da história da humanidade e também pode ser denominado meio ambiente cultural ou patrimônio cultural (urbanismo, paisagismo, zoneamento, meio ambiente do trabalho, patrimônio histórico) em virtude

de sua abrangência, atrelado ao desenvolvimento socioeconômico da sociedade. Neste trabalho opta-se por nominá-lo somente de construído e separá-lo, por questões didáticas, das demais denominações que lhe são atribuídas.

Fiorillo, ao abordar o meio ambiente artificial, leciona que

o meio ambiental artificial é compreendido pelo espaço urbano construído, consistente no conjunto de edificações (chamado espaço urbano fechado) e pelos equipamentos denominados públicos (espaço urbano aberto). Dessa forma, todo o espaço construído, bem como todos os espaços habitáveis pela pessoa humana, compõe o meio ambiente artificial.<sup>8</sup>

As interferências que o meio ambiente construído provoca no meio ambiente natural têm sido objeto de estudos e pesquisas na esmagadora maioria das instituições acadêmicas e de pesquisa. Essa busca por soluções minimizadoras dos impactos ambientais das atividades antrópicas sobre o ambiente natural alcança diversas áreas do conhecimento, influenciada pelas recomendações das Agendas de Desenvolvimento Sustentável ao longo do tempo. Não menos importante, enquadram-se os espaços destinados às cidades urbanas, onde a construção civil, com suas diversas funcionalidades, consome os recursos naturais a partir da utilização incessante de diversas formas de energia, gerando consideráveis impactos ambientais no meio natural.

Tais perspectivas têm provocado desafios intercambiados ao conceito de desenvolvimento sustentável global. Contudo, as tendências atuais equacionam alternativas menos impactantes ao meio, embora haja a necessidade de soluções a curto prazo de outros problemas básicos relacionados à gestão pública e às desigualdades sociais.

O fato é que as mudanças provocadas no meio ambiente natural pelo construído requerem o empenho de diversos setores no tocante aos profissionais gestores e técnicos, o desenvolvimento de tecnologia sustentável associada às políticas públicas e ao emprego da gestão de processos, todos visando a qualidade de vida da população, precon-

---

8 Fiorillo (2006, s/p).

zada no artigo 225 da Constituição Federal e em seus desdobramentos.

O meio ambiente construído está inserido no meio ambiente natural e a complexidade dessa relação não é menos apreciada na legislação. Nos artigos 5º, inciso XXIII, 21, inciso XX, e 182 da Constituição Federal de 1988 encontram-se sua tutela constitucional imediata:

Artigo 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

XXIII – a propriedade atenderá a sua função social.<sup>9</sup>

Conforme o inciso XXIII do artigo 5º, a função social da propriedade urbana deverá ser cumprida com o respeito ao Plano Diretor, que representa o documento legal e norteador do uso e da ocupação do solo urbano, e às leis municipais urbanísticas. Ambos os documentos apresentam os principais instrumentos de ordenamento territorial, incluindo o zoneamento das áreas (urbanas, industrial e rural e seus respectivos índices de tributação).

No caso da propriedade rural, quando a terra se torna produtiva, haverá o respeito ao meio ambiente e aos direitos dos trabalhadores.

Artigo 21. Compete à União:

[...]

XX – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.<sup>10</sup>

Com relação às diretrizes apontadas no artigo 21, nota-se que elas vêm sendo constantemente criadas pela União e executadas em

9 Brasil (1988).

10 *Idem*.

nível municipal e que, a partir do seu Plano Diretor e legislação, podem contribuir para que se instaure o desenvolvimento urbano em toda a sua acepção, com emprego de mecanismos sustentáveis, se o gestor público assim desejar.

Artigo 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1º – O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º – A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º – As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º – É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I – parcelamento ou edificação compulsórios;

II – imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.<sup>11</sup>

O artigo 182, regulamentado pelo Estatuto das Cidades (Lei 10.257/01), que prevê seu tratamento em busca das chamadas cidades

---

11 *Idem.*



sustentáveis, as quais serão possíveis com a preservação e proteção do meio ambiente, não só o natural, apresenta os instrumentos necessários para modificar antigas práticas de planejamento e condução do desenvolvimento urbano enraizadas em uma cultura urbana pós-colonização.

Decerto, há ainda grandes desafios que, mesmo com os mecanismos legais atuais (Estatuto das Cidades), existem e coexistem com outros para o estabelecimento do desenvolvimento local em bases sustentáveis, como o crescimento da malha urbana de forma desordenada, bem como a formação de “ilhas” sociais relacionadas ao poder aquisitivo nas cidades, que ainda vem favorecendo uma somatória de fatores que comprometem a qualidade de vida da população e a necessária garantia de condições dignas de sobrevivência. Neste aspecto, destaca-se a ocupação de áreas instáveis no aspecto geomorfológico, consideradas de risco, desconsiderando a legislação do parcelamento do solo e a falta de gestão socioambiental. Tais ocorrências intensificam os danos socioambientais e socioeconômicos disseminados em muitas regiões do país, em detrimento das legislações ambientais, sobretudo a Constituição Federal.

A Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo II do Título VII, dirigido à ordem econômica e financeira, ao contemplar a Política Urbana no artigo 182, determina que esta seja executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, e tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Assim, quanto mais se discutirem e disseminarem estudos e gerenciamento de ambientes, sejam estes naturais ou artificiais, quanto mais possibilidades de se instrumentalizar o poder público local e a sociedade, mais potencialidades de se efetivarem medidas estruturais e não estruturais que representam instrumentos de prevenção a riscos (de qualquer natureza) e de planejamento do uso e ocupação do solo, resultando em benefícios socioeconômicos imensuráveis para a população local e, conseqüentemente, para o meio ambiente construído.

Um dos princípios da Política Urbana é o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, conseguido quando é possível proporcionar aos seus habitantes o direito à vida, à segurança, à igualdade, à propriedade e à liberdade (artigo 5º da Constituição Federal), bem como aos direitos sociais, descritos no artigo 6º da Constituição

Federal: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Todos são direitos fundamentais, sejam eles individuais ou coletivos, e somam-se ao direito a uma vida saudável, como preceitua o artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

Os municípios legislam, dentro de sua competência constitucional, a respeito do meio ambiente como um todo. Isso ocorre por meio do Plano Diretor e de muitas outras normas jurídicas municipais que se baseiam nas políticas públicas federais (PNMA, PNRH, PNRS etc.), além das resoluções e normatizações que regem o planejamento urbano. Neste aspecto, considera-se que na realização de auditorias ambientais, um ponto importante que, precisa ser auditado está relacionado aos requisitos legais municipais aplicáveis à organização, uma vez que esta se inclui igualmente no bojo do planejamento urbano pela ciência de que todos os sistemas de gestão são auditados, como o da qualidade, o de responsabilidade social e ambiental, o de segurança e saúde no trabalho, o de energia e o de gestão integrada dos sistemas.

Uma organização que contempla a identificação das normas ambientais municipais em seu SGA (no caso das auditorias de certificação e do simples cumprimento da legislação municipal nas outras modalidades de auditorias ambientais) garante o cumprimento das diretrizes normativas das auditorias em si. Além da verificação dessa conformidade legal, somam-se outras do processo de auditar que fundamentam o conceito de meio ambiente descrito pela ISO 14001: “é toda circunvizinhança em que uma organização opera, incluindo-se ar, água, solo, recursos naturais, flora, fauna, seres humanos e suas inter-relações”.<sup>12</sup>

## 1.3 MEIO AMBIENTE CULTURAL

O meio ambiente cultural é constituído pelos bens materiais e imateriais que denotam as características de uma sociedade. Esteja materializado em forma de monumento, prédio, obra/criação, modo de agir e demais manifestações artísticas, culturais ou científicas, re-

---

12 ISO 14001 (ABNT, 2014).

presenta o somatório da história daquela comunidade associada às influências dos demais elementos que o compõem. Segundo Silva, o meio ambiente cultural “é integrado pelo patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, turístico, que, embora artificial, em regra, como obra do homem, difere do anterior (que também é cultural) pelo sentido de valor especial”.<sup>13</sup>

O meio ambiente cultural é constituído por bens imateriais que, no geral, são transmitidos de geração a geração e podem ser exemplificados pelos valores, crenças, folclore, danças, músicas, artes plásticas, festas e religiosidade. De qualquer maneira, ambos os bens (materiais e imateriais) encontram-se protegidos pela Constituição Federal, que impõe ao Estado o dever de garantir a todos os cidadãos o exercício de direitos culturais, assim como o acesso às fontes culturais.

O artigo 216 dispõe que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º – O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> Silva (2000, s/p).

<sup>14</sup> Brasil (1988).

Destaca-se no §1º a proteção do patrimônio cultural e histórico brasileiro, uma vez que se garante para as futuras gerações a memória histórica da sociedade em seus diversos momentos no tempo e no espaço. Neste aspecto, sua tutela é regulada pelo artigo 215 da Carta Magna, *in verbis*:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º – O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º – A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º – A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

I – defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;

II – produção, promoção e difusão de bens culturais;

III – formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;

IV – democratização do acesso aos bens de cultura;

V – valorização da diversidade étnica e regional.<sup>15</sup>

Pelo observado, o trabalho de auditoria nesse domínio deve ocorrer através da verificação de sua afetação, benéfica ou não, bem como por meio de programas desenvolvidos pela organização relacionados ao resgate ou incentivo de certos aspectos da cultura local de onde está inserida a organização, no caso de auditorias de certificação.

Em todas as outras formas de auditorias, nas quais nem sempre há o empenho voluntário de melhoria contínua e afetação minimiza-

---

15 *Idem*.

da do meio ambiente, devem ser auditados primordialmente os aspectos negativos sobre o meio ambiente cultural.

Nos momentos iniciais dos trabalhos dos auditores ambientais, estes tomarão conhecimento das afetações ou possíveis afetações sobre o meio ambiente cultural e, a partir disso, buscarão verificar as ações para a preservação desse patrimônio, as intervenções necessárias de garantia à defesa dos valores que expressam a sua significância cultural, além de outras formas de fiscalização, de maneira a formular aos gestores as recomendações ou medidas necessárias para a gestão da preservação daquele patrimônio cultural, que pode ser afetado pelas atividades antrópicas.

## 1.4 MEIO AMBIENTE DO TRABALHO

O meio ambiente do trabalho é aquele em que as pessoas desempenham suas funções laborativas, convivendo com máquinas, equipamentos e pessoas, e onde ocorrem as relações interpessoais e de trabalho em um dado período de tempo que varia de função para função. Tal ambiente deve ser adequado em termos de segurança, no que se refere a riscos inerentes às funções laborais, e de convivência, de maneira a garantir saúde física e mental para a sadia qualidade de vida dos trabalhadores.

No meio ambiente de trabalho há elementos que permeiam outras dimensões do ambiente, como as edificações do estabelecimento laboral e as condições de suas instalações elétricas e hidráulicas, proporcionando iluminação adequada e conforto térmico, de maneira que seja um ambiente salubre e, caso haja periculosidade, que medidas de proteção ao indivíduo no tempo de jornada de trabalho e rotina laboral sejam garantidas, propiciando um ambiente equilibrado.

No que diz respeito ao Meio Ambiente do Trabalho, sua tutela imediata pode ser encontrada principalmente nos artigos 7º, inciso XXII, e 200, inciso VIII, ambos da Constituição Federal:

Artigo 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

Artigo 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

[...]

VIII – colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.<sup>16</sup>

Portanto, para que o direito fundamental a um meio ambiente equilibrado seja alcançado, não poderá ficar adstrito às instalações ou equipamentos de trabalho apenas, deve haver interação entre todas as interfaces do meio ambiente para que se proporcione um estado de bem-estar aos trabalhadores. Neste aspecto, têm-se as normas de segurança do trabalho, que buscam garantir a qualidade de vida através de um ambiente de trabalho seguro. Tal requisito organizacional é quase sempre auditado, de maneira a cumprir os preceitos legais e normativos da organização em relação ao trabalhador e garantir sua produtividade. A adoção de tais garantias reduz os custos de ações judiciais e/ou extrajudiciais de obrigação de fazer em caso de ocorrência de acidentes trabalhistas.

No Brasil, as Normas Regulamentadoras (NR), bem como os decretos e portarias, formam o arcabouço direcionador para o exercício do trabalho e as atividades profissionais de forma segura, atendendo à legislação trabalhista, ancorada na Carta Magna. Tais documentos são consultados e observados no caso de auditorias de certificação. O meio ambiente do trabalho é diretamente contemplado pelo SGA da organização por meio de políticas de redução dos riscos de acidentes e do cumprimento das NR, por exemplo, com a adoção de técnicas e equipamentos necessários para tal finalidade. Dependendo do tipo, escopo e abrangência da auditoria ambiental, todas as interfaces do meio ambiente devem ser levadas em consideração no momento da realização dos trabalhos de auditoria para que o preceito constitucional de direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado seja respeitado, propiciando sadia qualidade de vida às presentes e futuras gerações.

---

<sup>16</sup> *Idem.*

## 1.5 MEIO AMBIENTE DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

O meio ambiente do patrimônio genético está inserido no meio ambiente natural. Conforme o inciso I do artigo 2º da Lei n. 13.123, de 20 de maio de 2015, também conhecida por Lei da Biodiversidade, patrimônio genético significa “a informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, incluindo substâncias oriundas do metabolismo destes seres vivos”,<sup>17</sup> ou seja, representa o conjunto de informações contidas nos biomas. Neste aspecto, como no Brasil existem seis tipos de biomas continentais – Amazônia, Caatinga, Pantanal, Cerrado, Mata Atlântica e Pampa e o bioma marinho –, a biodiversidade é ampla e muito rica em detalhes e em interação, uma vez que são mais de 200 mil espécies catalogadas nesses biomas, bem como na Zona Costeira e Marinha. Conforme informação do Ministério do Meio Ambiente (MMA), há a estimativa de que se possa alcançar mais de 1 milhão e 800 mil espécies.

Na Lei da Biodiversidade observamos a menção da necessidade de fiscalização para a garantia de proteção da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais associados. Neste aspecto, a fiscalização sobre o uso do patrimônio genético na produção de medicamentos, entre outros, permeia as ações de auditoria pelos órgãos do governo federal.

Nos artigos abaixo, a menção do processo de fiscalização caminha com outras ações de inspeção.

Art. 3º O acesso ao patrimônio genético existente no País ou ao conhecimento tradicional associado para fins de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico e a exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo desse acesso somente serão realizados mediante cadastro, autorização ou notificação, e serão submetidos à fiscalização, restrições e repartição de benefícios nos termos e nas condições estabelecidos nesta Lei e no seu regulamento.

---

17 Brasil (2015).

Art. 28. Os órgãos federais competentes exercerão a fiscalização, a interceptação e a apreensão de amostras que contêm o patrimônio genético acessado, de produtos ou de material reprodutivo oriundos de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado, quando o acesso ou a exploração econômica tiver sido em desacordo com as disposições desta Lei e seu regulamento.

Portanto, quaisquer entidades de pesquisa e organizações cujas atividades de produção utilizam componentes que fazem parte do patrimônio genético ou de conhecimento tradicional associado, seja a partir de pesquisas experimentais ou não, necessitam adicionar em seus processos as ações de auditorias ambientais operacionais, de maneira a identificar os procedimentos regidos pela legislação ambiental, bem como conhecer e combater a biopirataria desse patrimônio.

Na Lei da Biodiversidade, em seu artigo 6º, têm-se:

Art. 6º Fica criado no âmbito do Ministério do Meio Ambiente o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGen, órgão colegiado de caráter deliberativo, normativo, consultivo e recursal, responsável por coordenar a elaboração e a implementação de políticas para a gestão do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e da repartição de benefícios, formado por representação de órgãos e entidades da administração pública federal que detêm competência sobre as diversas ações de que trata esta Lei com participação máxima de 60% (sessenta por cento) e a representação da sociedade civil em no mínimo 40% (quarenta por cento) dos membros, assegurada a paridade entre:

- I - setor empresarial;
  - II - setor acadêmico; e
  - III - populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais.
- § 1º Compete também ao CGen:



I - estabelecer:

- a) normas técnicas;
- b) diretrizes e critérios para elaboração e cumprimento do acordo de repartição de benefícios;
- c) critérios para a criação de banco de dados para o registro de informação sobre patrimônio genético e conhecimento tradicional associado;

II - acompanhar, em articulação com órgãos federais, ou mediante convênio com outras instituições, as atividades de:

- a) acesso e remessa de amostra que contenha o patrimônio genético; e
- b) acesso a conhecimento tradicional associado;

III - deliberar sobre:

- a) as autorizações de que trata o inciso II do § 3º do art. 13;
- b) o credenciamento de instituição nacional que mantém coleção ex situ de amostras que contenham o patrimônio genético; e
- c) o credenciamento de instituição nacional para ser responsável pela criação e manutenção da base de dados de que trata o inciso IX;

IV - atestar a regularidade do acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado de que trata o Capítulo IV desta Lei;

V - registrar o recebimento da notificação do produto acabado ou material reprodutivo e a apresentação do acordo de repartição de benefícios, nos termos do art. 16;

VI - promover debates e consultas públicas sobre os temas de que trata esta Lei;

VII - funcionar como instância superior de recurso em relação à decisão de instituição credenciada e aos atos decorrentes da aplicação desta Lei, na forma do regulamento;

VIII - estabelecer diretrizes para aplicação dos recursos destinados ao Fundo Nacional para a Repartição de Be-

nefícios - FNRB, previsto no art. 30, a título de repartição de benefícios;

IX - criar e manter base de dados relativos:

- a) aos cadastros de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e de remessa;
- b) às autorizações de acesso ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e de remessa;
- c) aos instrumentos e termos de transferência de material;
- d) às coleções ex situ das instituições credenciadas que contenham amostras de patrimônio genético;
- e) às notificações de produto acabado ou material reprodutivo;
- f) aos acordos de repartição de benefícios;
- g) aos atestados de regularidade de acesso;

X - identificar órgãos federais de proteção dos direitos de populações indígenas e comunidades tradicionais sobre o registro em cadastro de acesso a conhecimentos tradicionais associados;

XII - aprovar seu regimento interno.

§ 2º Regulamento disporá sobre a composição e o funcionamento do CGen.

§ 3º O CGen criará Câmaras Temáticas e Setoriais, com a participação paritária do Governo e da sociedade civil, sendo esta representada pelos setores empresarial, acadêmico e representantes das populações indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais, para subsidiar as decisões do plenário.

No referido artigo, percebe-se que o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado é estabelecido com garantias de proteção e repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, de maneira a promover o uso sustentável dos recursos genéticos dos biomas pelas organizações e ainda regularizar as atividades delas pelo uso do patrimônio genético, como aquelas de segmentos fitoterápicos, cosméticos, extratos naturais e de manejo florestal, que extraem sua matéria-prima da Amazônia Legal. Neste contexto, para atender as prerrogativas legais, buscam atuar de

forma sustentável a partir de práticas tecnológicas inovadoras, estimulando a incorporação do manejo sustentável por todo o setor produtivo e ciclo de vida do produto.

Para o estabelecimento do processo de produção sustentável, as empresas precisam atender em sua estrutura organizacional, além dos procedimentos legais e da adoção de práticas tecnológicas inovadoras, os requisitos do sistema de gestão ambiental para que possam avaliar e controlar os impactos ambientais de suas atividades extrativistas. Neste aspecto, se fazem presentes os momentos de auditorias, que poderão ocorrer de primeira, de segunda e de terceira ordem, de maneira a promover a melhoria dos processos produtivos ao reduzir, por exemplo, riscos e acidentes ambientais e geração de resíduos, entre outros, garantindo o cumprimento da legislação ambiental e os requisitos estabelecidos pela Lei da Biodiversidade e seus desdobramentos jurídicos.

De posse da compreensão da abrangência do conceito de meio ambiente, que pode ser fragmentado em conformidade com o meio a que se destina, passa-se à abordagem das auditorias ambientais propriamente ditas.